

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 031

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhoras e senhores, bom-dia.

Damos início a esta audiência pública com a finalidade de discutir a Lei nº 7.687, de 25 de junho de 2002, que Cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a Mesa a Srª Sílvia Cavalcante, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade; o Sr. Manoel Gomes da Silva, Superintendente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso-FACMAT; o Sr. Jorge dos Santos, Diretor Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi; a Srª Valentina de Fátima Dragoni, Presidente do Sindicato dos Contabilistas; a Srª Patrícia Reis Rodrigues, Coordenadora de Responsabilidade Social do SESI; o Sr. Sérgio Ricardo Inoui, Coordenador do Conselho Temático de Ações Legislativas da FIEMT.

Agradecemos a presença do professor João Soares da Costa, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da UNIRONDON; do Sr. Luiz Eufrásio da Costa Leite, Coordenador do Curso de Administração da UNIRONDON; do Sr. Amir Bem Kauss, Coordenador-Executivo dos Conselhos Temáticos da FIEMT; do Sr. Roberto Perón, Presidente do Sindicato do Comércio de Confecções - SINCOTEC; do Sr. Luiz Mário de Barros, Auditor-Chefe da Prefeitura de Cuiabá; do Sr. Robério Cademartori, Diretor da Rondon Telecomunicações; do Sr. Ivan Cheverria, do Sindicato dos Contabilistas; da Srª Maria Alves da Silva Pantoja, contadora.

Agradecemos a presença de todos os presentes nesta audiência pública.

Esta audiência tem o objetivo de discutir a Lei nº 7.687, de junho de 2002, que é uma lei de nossa autoria e também dos Deputados Riva e Eliene, Deputados desta Casa, que cria o Certificado de Responsabilidade Social no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Primeiramente, queremos destacar que o projeto de lei em discussão foi apresentado, à época, por solicitação do Sindicato dos Contabilistas, aqui representado pela Srª Valentina Fátima Dragoni, a qual discorrerá na seqüência acerca da importância, alcance e desdobramento dessa nova legislação.

Como é do conhecimento da maioria dos presentes, o conceito de responsabilidade social vem ganhando uma excelente e inovadora dimensão em todo o mundo.

Pode-se até dizer que se trata não mais de uma tendência, mas de uma exigência da sociedade contemporânea.

Cada vez mais toda a sociedade reflete e percebe que a solução dos problemas sociais é uma responsabilidade de todos, e não somente do Estado.

Pesquisa nacional conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - revelou que mais de 60% das empresas do Rio de Janeiro vêm realizando algum tipo de ação voltada à comunidade desde o começo desta década. Essa disposição já se apresenta com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

percentuais até maiores em São Paulo, com 66%, e Minas Gerais, com mais de 80%. Em Mato Grosso cresce o número de empresas que vêm assimilando esse conceito. Essa consciência está muito patente nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Sistema Social da Indústria - SESI, que já premia as empresas que atuam nessa área e o apoio da Federação das Indústrias de Mato Grosso - FIEMT, através de seu Presidente Nereu Passini e de sua assessoria de assuntos legislativos, na pessoa dos Srs. Sérgio Ricardo Inoui e Amir Bem Kauss, além do Instituto Euvaldo Lodi, representando pelo Sr. Jorge dos Santos.

Temos que ressaltar que o diferencial da Lei nº 7.687 reside no fato da mesma distinguir não só as empresas dedicadas ao tema como também as organizações não-governamentais e os órgãos públicos. Para tanto, é imprescindível a apresentação do seu balanço social, momento em que a categoria dos contabilistas terá um papel essencial a desenvolver.

Que a difusão e a consolidação dessa legislação se fará através da construção coletiva da sociedade e do compromisso moral dos segmentos envolvidos com a melhoria da qualidade de vida, com desenvolvimento humano dos empregados de cada organização, assim como o aprimoramento de sua interação com a comunidade em que está inserida e sua relação com o meio ambiente.

Assim sendo, desejamos que esta Audiência seja profícua e possa contribuir substancialmente para que a cultura da responsabilidade social seja amplamente adotada em Mato Grosso”.

Muito obrigado (PALMAS).

Com a palavra, a Sr^a Valentina Fátima Dragoni, Presidente do Sindicato dos Contabilistas.

A SR^a VALENTINA FÁTIMA DRAGONI - Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo; todas as autoridades que compõe a Mesa, nossos colegas contadores e demais pessoas que compõem esta Audiência.

O Sindicato, em 2002, quando nós discutimos e achávamos a importância de certificar as empresas que apresentem o balanço social, é porque, Deputado, muitas empresas em Mato Grosso já realizam trabalhos sociais relevantes e não têm nenhum estímulo. E é importante que com esse certificado as empresas vão demonstrar o seu *marketing* social do trabalho da comunidade onde ela está situada.

Então, eu gostaria de passar o eslaide ali para falarmos sobre a lei.

Essa Lei nº 7.687, de 25 de junho de 2002, os autores são os Deputados Humberto Bosaipo, Riva e Eliene.

Eu vou falar rapidamente, porque a Contadora Maria Pantoja vai falar sobre o balanço social, e eu quero falar um pouquinho sobre a lei. Ela cria o certificado.

Foi o terceiro Estado do Brasil, Deputado, que apresentou e aprovou essa lei. Nós precisamos colocar em prática com alguns referenciais, que vamos estar colocando.

Então, ela certifica as empresas. O prazo dela teria que ser até dia 30 de abril, mas a discussão aqui é justamente para que constituíssemos esse Conselho, essa Comissão, que as empresas apresentem para este ano ainda receberem esse certificado.

Essa lei nós temos no *site* do Sindicato, que depois vamos estar passando também para os senhores, porque é muita informação e não vamos ter o tempo hábil de passar todas as informações.

Os dados financeiros são elaborados no Balanço, que são extraídos para poder elaborar o balanço social. Então, muitas empresas já investem na questão dos seus funcionários, já investem em parcerias com outras organizações, que também podem ser mensuradas no balanço

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

social, as empresas que, por sua vez, não executam algum trabalho social, mas que fazem a doação de um valor para uma entidade, aquele valor pode ser agregado ao balanço social e ser apresentado.

Outro diferencial que nós criamos - o Deputado achou interessante que nós colocássemos também um troféu destaque - foi porque tem algumas empresas que fazem algumas coisas além do social bastante diferentes. Então, que essas empresas recebam esse troféu.

Foi dividida da seguinte forma: para micro e pequenas empresas, porque nós não podemos colocar as empresas no mesmo...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto, interrompendo a senhora.

Nós já vamos fazer este ano a primeira rodada do destaque, ouviu? Para a entrega dos troféus e dos certificados.

A SR^a VALENTINA FÁTIMA DRAGONI - Ah, interessante.

Então, ela será dividida da seguinte forma: micro e pequenas empresas; média empresa; grande empresa; e as ONGs, porque nos demais não tinham as ONGs. E as ONGs já trabalham a questão social e é um trabalho muito grande. O balanço social é um portfólio de uma ONG - eu também sou Presidente de uma ONG - para você apresentar para os empresários, porque os empresários vão ter interesse se uma ONG for bem estruturada. Se seu balanço social tivesse o certificado, com certeza, as empresas também teriam interesse.

As ONGs serão divididas, porque tem ONGs que desenvolvem projetos sociais; outras, culturais; outras, turismo, meio ambiente; e há outras na questão educacional.

Diferenciar os órgãos públicos. Os órgãos públicos também são de responsabilidade de desenvolver as ações sociais, mas nem sempre a população está satisfeita com aquele serviço. Então, através de um balanço social você vai pegar uma secretaria de saúde e colocar lá quantas pessoas foram atendidas, se foram bem atendidas.

Então, o balanço social... Qualquer pessoa vai entender esse trabalho, os órgãos públicos.

Será certificado o setor privado e as ONGs. Aqui estão algumas coisas que deverão ser informadas no balanço social, as empresas, as ONGs que forem apresentar, os impostos, as taxas, folha de pagamento, o trabalho desenvolvido na condição pessoal dos servidores, alimentação entre outros, saúde, educação, todos os itens que serão apreciados por essa comissão que vai analisar as empresas e as entidades que vão apresentar o balanço social.

Os benefícios que terão, nós já falamos.

A questão do investimento no meio ambiente. Meio ambiente é também um setor bastante relevante na questão do balanço social. Hoje, nós já temos até livros escritos em Mato Grosso sobre a questão ambiental. Empresas que degradam o meio ambiente, se investirem na questão ambiental, elas começam a ter resultado desse fator de meio ambiente. Números de empregados. Admissão. Período. As políticas adotadas pelas empresas. Nos órgãos públicos, qual o tempo de espera do contribuinte? Para essa parte aqui nós chamamos uma Comissão de auditores do Estado, que nos ajudaram a colocar alguns itens, quando eles fazem a auditoria dos municípios, das prefeituras, dos órgãos. O que eles achavam interessante de ser avaliado na questão de certificar essas Secretarias, essas Prefeituras a questão do balanço social. Então, foram alguns itens colocados; plano de saúde, capacitação, Secretaria de Saúde. O que precisa estar no seu balanço social para poder receber esse certificado? O número de unidades, total de atendimentos, todos esses itens aí que serão avaliado na questão da certificação do balanço social.

O percentual... Volta só um pouquinho ali... Qual o percentual aplicado na saúde? O número de... E a questão de tratamento de esgoto se o município também investe?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

Acho que vai ser um trabalho para o Poder Legislativo muito grande. Serão mensurados vários itens que os nossos Deputados terão acesso com esse balanço social. Terá mais visibilidade na questão dos investimentos nos municípios.

O número de escolas urbanas, rurais, as salas de aulas, a capacidade, quantos alunos foram atendidos, suas faixas etárias e outros itens que serão analisados por essa Comissão que será composta.

Número de professores, discriminando por sexo, idade, leigos, habilitação, magistérios: As pessoas são habilitadas? Qual a escolaridade desse pessoal que está trabalhando na área de educação nos municípios?

As salas de aula, se são adequadas, a sua temperatura... São bastante quesitos, mas os auditores acharam relevantes essas questões ser avaliadas no balanço social. Por isso que o nosso Estado é diferente dos demais Estados. Nós conseguimos fazer um diferencial.

Obras e serviços públicos que serão avaliados - quantas empresas, a frota, ônibus, transporte coletivo, a questão dos usuários atendidos serão itens avaliados. Nós temos, no caso de Cuiabá, a questão do transporte, do aumento. Tudo isso será avaliado, se a Prefeitura apresentar o balanço social, ouviu, auditor!? Quantos quilômetros foram abertos e mantidos e onde. Onde elas estão localizadas, o espaço, as feiras beneficiadas, manutenção e outros.

Assistência social - muito fala-se na questão do serviço social, bolsa família, muitas coisas que são benefícios que as comunidades recebem das quais nem sempre nós temos informações no balanço social. Nós teremos se aqueles municípios, aqueles Prefeituras, nos informarem quantas pessoas serão beneficiadas. Ele está acima. A Comissão vai avaliar esses itens. Se realmente o Governo Federal está investindo, se realmente está atendendo aquela necessidade para que a Prefeitura receba, se ela estiver fazendo de acordo.

Atendimento a deficientes, Centro de Reabilitação. É um caso muito sério no nosso Estado a questão dos deficientes físicos. Eu tenho 42 deficientes contratados para trabalhar na nossa ONG e, muitas vezes, nós temos a dificuldade do transporte. Então, se vai apresentar um balanço social vamos avaliar esse índice para vermos se a Prefeitura está atendendo a demanda daquelas pessoas que necessitam.

A questão da criança e do adolescente, se eles estão atendidos pelo município. Esse é o final da lei. As despesas decorrentes da lei e os custos. Essa lei já entrou em vigor em 2002. O que falta agora é discutirmos para que nós, realmente, consigamos sair do papel e termos no Estado de Mato Grosso várias empresas certificadas, várias ONGs, para que nós saibamos quem é realmente que está fazendo.

Esse é o nosso *site*, o nosso *e-mail*.

Eu vou passar um pouco do meu tempo para a Maria Alves da Silva Pantoja falar um pouquinho, dez minutos, sobre a questão do balanço social em si.

A SR^a MARIA PANTOJA - Gostaria de cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo, todos os componentes da Mesa, os colegas contabilistas e os demais presentes.

Eu gostaria de iniciar esta pequena exposição, porque o tempo é curto, dez minutos, falando sobre uma frase muito interessante. Existem cinco tipos de criaturas no mundo. Primeiro, as que somente são; segundo, as que são e vivem; terceiro, as que são, vivem e se movem; quarto, as que são, vivem, movem-se e pensam; e, finalmente, aquelas que mais nos interessam, as que são, vivem, movem-se, pensam e pensam como pensam.

A finalidade desta apresentação é falar sobre balanço social. Mas, afinal, o que é balanço social? Ele é um documento que é publicado anualmente, que reúne, no seu conjunto, informações sobre atividades desenvolvidas pela empresa na promoção humana e social, dirigidas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

aos seus empregados e à comunidade na qual está inserida. É um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social da empresa. É um indicador cristalino de como ela é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz com os seus empregados, dependentes e pela população que recebe a sua influência direta.

Tem sua origem na contabilidade, porém não deve ser visto como um mero instrumento contábil, mas como uma forma de explicitar a sua preocupação com o cumprimento da sua responsabilidade social.

Ele é ainda, também, um demonstrativo, que publicado anualmente reúne um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercados, acionistas e à comunidade. Ele também é um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade. O que é essa responsabilidade social?

Em setembro de 1998, num encontro na Holanda, foi definida da seguinte maneira: “É o comprometimento permanente dos empresários em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente, melhorando a qualidade de vida de seus empregados e suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

Então, o balanço social só pode existir, passar a ser um demonstrativo, um espelho da empresa, se ele tiver ações sociais com responsabilidade social no conjunto humano e ambiental.

Há uma história sobre o balanço social. Ele surge na década de 60, quando há um repúdio pela guerra do Vietnã e a população começa a boicotar as empresas e seus produtos. Então, houve uma preocupação em publicar suas ações no mercado, digamos assim, das responsabilidades de cada empresa.

Os Estados Unidos teve a idéia e a preocupação de prestar informações ao público sobre suas atividades no campo social.

E a França, em 1977, torna obrigatória, através de uma lei, a publicação do balanço social. E, em destaque, vem a Alemanha, a Inglaterra, Portugal e a Espanha.

A lei da França que obriga a elaboração é a Lei nº 77.769, de 12/06/1977.

No Brasil, começa-se a discutir muito pequenamente, digamos assim, nos anos 60, com a criação da ADCE - Associação dos Dirigentes Cristão de Empresa. Essa Associação tem como um dos princípios basear-se na aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em nome de trabalhadores e do bem estar da comunidade.

Em 1977 ela mereceu destaque, a responsabilidade social e o balanço, sendo escolhido como tema central do II Encontro Nacional dos Dirigentes de Empresas. E o primeiro balanço social publicado no Brasil foi em 1984, pela Empresa Nitrofértil.

Nos anos 90 temos duas campanhas famosíssimas, que foi idealizada e colocada publicamente pelo Herbert de Souza, o Betinho. Ele idealizou, sociólogo *in memoriam*, a Campanha contra a fome (1993/96) e a campanha pela divulgação do balanço social das empresas. Fizeram com que diversas empresas públicas e privadas engajassem em ações sociais despertando em seus dirigentes e empregados um novo conceito de empresa cidadã.

Mais recentemente, nós tivemos a criação de instituições específicas para discutir e promover o tema, tais como a Fundação Abrinq (1996), Instituto Ethos (1998), que reúne cerca de 200 grandes e médias empresas, e o Fórum Permanente de Discussão do Balanço Social (1999).

E nós temos também a Lei nº 3.116/97 - da Drª Marta Suplicy.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

Agora, por que e para que fazer o balanço social? Porque é ético ser justo, bom e responsável, já é um bem em si mesmo; porque agrega valor. O balanço social traz um diferencial para a imagem da empresa, porque diminui riscos.

No mundo globalizado, onde informações sobre empresas circulam nos mercados internacionais em minutos, uma conduta ética e transparente tem que fazer parte da estratégia de qualquer organização, nos dias de hoje; porque é um moderno instrumento de gestão. O balanço social é uma valiosa ferramenta para a empresa gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social.

É um instrumento de avaliação, porque os analistas de mercado, investidores e órgão de financiamento, como o BNDES, BID, entre outros, já incluem o balanço social na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa; porque é inovador e transformador. Realizar e publicar balanço social anualmente é mudar a antiga visão, é ser diferente e não ser indiferente à satisfação e ao bem-estar dos seus funcionários, clientes, fornecedores e investidores.

Quem são os beneficiários desse balanço social? Os dirigentes, porque o balanço social favorece a todos que interagem na empresa, todos os grupos que interagem com a empresa.

Aos dirigentes: fornece informações úteis à tomada de decisão quanto aos programas sociais que a empresa esteja ou venha a desenvolver - instrumento de gestão.

Aos trabalhadores: que são partes essenciais do processo produtivo, dá a possibilidade de que suas perspectivas sejam percebidas pela empresa de maneira sistematizada e quantificada. Se o empregado participa voluntariamente de uma ação, de um projeto social da empresa ou para a criação de um projeto social, isso vai proporcionar, vai elevar a integração nas relações entre empregados e seus dirigentes.

Aos fornecedores e investidores: o balanço social informará como as empresas encaram suas responsabilidades quanto a seus recursos humanos, o que é um bom indicador da forma como a empresa é administrada. Então, ele vai espelhar na empresa, não só para o fornecedor e o investidor, mas a toda comunidade na qual ele está inserido.

Aos consumidores: dá uma idéia da mentalidade dos dirigentes, o que pode ser associado à qualidade do produto ou serviço. Já existem pesquisas em que os consumidores passarão a consumir determinados produtos se a empresa tiver essa Responsabilidade Social.

O mundo globalizado exige, hoje, que tenhamos essa Responsabilidade Social. Afinal, quando exploramos uma matéria-prima e a transformamos em produto, é necessário que tenhamos consciência - não só o empresário, mas a sociedade como um todo - de que uma matéria-prima é exaurível, é esgotável e que temos que preservar, porque, como é que vai ser o futuro se nós não preservarmos. E a Responsabilidade Social está aí com essa finalidade e o balanço social vai espelhar essa Responsabilidade Social.

E como é que se estrutura um balanço social? O IBASE, que é o Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômica do país, ele modelou, ele projetou um modelo que hoje é usado e já tem uma contabilização do IBASE por setecentos e trinta e quatro empresas brasileiras que já publicam o seu balanço social no modelo IBASE.

Então, a preocupação era ampliar o modelo em que se pudesse ser fácil trabalhar, demonstrar... Que demonstrasse também a quantidade dos indicadores, que tenha como base indicadores para que eles possam ser analisados e estudados ao longo dos anos e não tão somente naquele momento.

De onde se extrai as informações para compor o balanço social? Da própria contabilidade tradicional, porque ela vai registrar também esses projetos, você vai sair de lá. E a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

preocupação, então, foi em ter um modelo que facilitasse qualquer empresa, independente do porte, média, grande ou pequena, microempresa, independente do número de funcionários, para que ela pudesse formatar, elaborar o seu balanço social e publicar representando a sua ação social, a sua responsabilidade social.

Ele é composto de que maneira? Da base de cálculo. Essa base de cálculo contém três itens extraídos da contabilidade tradicional, a receita líquida, o lucro operacional e a folha de pagamento bruta.

Os indicadores que eram laborais, já existe um novo modelo do balanço social, eles são afora os indicadores sociais internos, compostos da alimentação, dos encargos sociais compulsórios, da previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, cultural, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche, participação nos lucros ou resultados.

Ele é composto também de indicadores sociais externos, a educação, a cultura, a saúde, o saneamento, o esporte, o combate à fome e segurança alimentar, os tributos excluem os encargos sociais, os indicadores ambientais, os investimentos relacionados com a produção, operação da empresa, os investimentos em programas e outros projetos externos, os indicadores do corpo funcional, o número de funcionários, as admissões, o número de mulheres que fazem parte do corpo funcional, negros, o percentual de mulheres que ocupam chefias, os portadores de deficiência ou necessidades especiais, e ainda as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, a relação entre a maior e a menor remuneração da empresa, o número total de acidentes de trabalho, os projetos sociais e ambientais que você desenvolve naquele exercício em andamento e as metas para os exercícios seguintes.

Então, o balanço social é um demonstrativo, sim, é um relatório anual, que vai espelhar de forma numérica e também textual, porque você pode descrever todas as suas ações, em que campo você está com sua responsabilidade social, se é nos projetos ambientais, sociais ou culturais, bem como quais os projetos que você acolheu externamente, e os que você criou internamente. Então, o balanço social ele não existe sem a ação social, sem a responsabilidade social. Cabe a cada um de nós, no seu papel, junto à sociedade, trabalhar para que haja qualidade de vida, para que haja mais justiça e para que haja menos violência, pelo menos. E tudo isso é resultado de ação social.

Hoje, as empresas não existem só para gerar lucros. Ela tem que ir além. Ela tem que ter a responsabilidade social e deve retratá-la no seu balanço social.

Cabe a nós contabilistas, empresários trabalhar isso e implementar esse trabalho, já que temos uma lei que regulamenta a certificação da responsabilidade social. Então, isso está em nossas mãos.

E para encerrar, o sistema econômico da empresa está cada vez mais relacionado com o meio ambiente. É necessário que se conheça toda a cadeia produtiva que envolve a matéria prima a ser industrializada, que irá para o consumidor, e também os serviços que são prestados, em forma de produto, zelando muito pelo meio ambiente, pois os recursos naturais são exauríveis, são esgotáveis. É preciso que tenhamos consciência plena dessa situação. E nós fazemos parte da natureza, não podemos esquecer. A natureza não é apenas o rio, a árvore; ela é um todo, e nós fazemos parte. Só isso seria. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Sr^a Patrícia Reis Rodrigues, Coordenadora de Responsabilidade Social do SESI.

A SR^a PATRÍCIA REIS RODRIGUES - Bom-dia!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

Eu vou falar um pouco do SESI, pois, pode ser que algumas pessoas não o conheçam.

O SESI foi criado em 1946 pela necessidade de suprir essa carência social dos trabalhadores da indústria. Então, o SESI foi criado com foco na indústria. Hoje, qual é a missão do SESI? A missão do SESI é contribuir para o fortalecimento da indústria no exercício da sua responsabilidade social. Ele abrange três áreas com foco no funcionário, no trabalhador. Que são as áreas de educação, saúde e lazer.

No ano passado, com esse caminho da responsabilidade social foi criada a área de responsabilidade social e empresarial do SESI. Para quê essa área, se já existe o SESI com essas três áreas? É que o SESI utiliza muito o conceito da responsabilidade social do ETHOS, que para nós é uma referência. Qual o conceito que eles usam? Hoje, há vários conceitos de responsabilidade social. O mais utilizado, hoje, que todos acham que realmente é uma responsabilidade social, é o da ação social. Na realidade, ação social é uma diretriz da responsabilidade social. Então, a responsabilidade social é como a empresa que conduz os negócios, respeitando todos os interesses dos públicos que são afetados diretamente pela empresa. Quais seriam esses públicos? Acionistas, porque a empresa precisa dar lucro. A empresa que não dá lucro não sobrevive. Então, a empresa tem que dar lucro sim. Ela tem que ter a base e a responsabilidade social econômica, vamos dizer, porque, senão, ela não sobrevive e não pode investir.

Funcionário. Funcionário é a base da empresa. Hoje, o capital intelectual é a base de qualquer empresa, porque é ela quem vai produzir para a empresa sobreviver. Então, ela precisa investir para ter essa lucratividade também. Consumidor e cliente. Ele é afetado diretamente pela empresa. Se você, por exemplo, colocar no rótulo as informações que o consumidor não consegue verificar, estará atingindo-o diretamente. Então, é um problema. O consumidor tem que estar ciente de todas as informações daquele produto que a empresa está gerando. Fornecedor é um campo muito importante, porque o fornecedor vai lhe dar a matéria-prima para você produzir, para você gerar todo o ciclo. Empresa que não cumpre os contratos ou que tem a parte da propina, não passa na ética, e a responsabilidade social começa pela ética também.

Comunidade e sociedade em geral... Ah, mas comunidade e sociedade é culpa do Governo. Não é por aí. Por quê? Porque a empresa tem que estar ciente de que a comunidade é consumidora também. Se a comunidade está pobre, o produto dela não vai se vendido. Então, precisa contribuir com a comunidade para que ela também seja o seu consumidor. Então, afeta diretamente a empresa, a comunidade, com certeza, afeta. Então, nesse conceito maior, o SESI criou a área de responsabilidade social, exatamente para assessorar a indústria, a empresa, nesse início da responsabilidade social.

Hoje, nós temos o Prêmio SESI de Qualidade de Trabalho, que já é um indicador. Nós temos três etapas nesse prêmio: a primeira etapa é a avaliação do trabalhador, o trabalhador vai avaliar a empresa; a segunda etapa é uma auditoria do SESI na empresa, exatamente checar o que a empresa faz para o funcionário, se realmente ela está fazendo. A auditoria, nesse caso, é extremamente importante, porque uma coisa é estar no papel, a outra coisa é a realidade, que até nós utilizamos para as entrevistas também para ajudar essa empresa.

Então, além desse reconhecimento, nós fazemos um diagnóstico da empresa para assessorar nesse caminho da responsabilidade social.

Essa lei que nós estamos começando a inserir, eu acho extremamente importante. O balanço social é o início. Hoje, as grandes empresas não só fazem o balanço social. Hoje, existe um termo que é desenvolvimento sustentável. Então, ela faz um relatório de sustentabilidade, que é um nível acima do balanço social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

O que seria esse relatório? São os indicadores econômicos, sociais e ambientais. São 96 indicadores que existem nesse relatório de sustentabilidade.

Então, o balanço social é uma perninha desse relatório que, provavelmente, a empresa vai chegar nesse relator. Hoje, tem várias empresas no Brasil que fazem esse relatório de sustentabilidade, não só o balanço social.

Então, o SESI realmente tem esse intuito de contribuir para a empresa nesse caminho da responsabilidade social. Nós temos hoje uma norma internacional, que é a SA 8000, também muito importante. Para as pessoas estarem cientes dessa norma, que a *Social Accountability*... É uma norma internacional que visa a certificação, uma norma certificadora das relações do trabalho. Um ponto fundamental nessa parte do balanço social é que o balanço em si só se tem no papel, o relatório que vem nesse balanço também é muito importante, é indicar o que se está gastando, esse indicador é esse, porque eu fiz isso. Isso é também importante, não só o balanço, mas esse relatório.

E a norma SA 8000 visa também... Você está gastando no trabalhador, mas emprega trabalho forçado infantil? Então, não vai. Você faz um projeto de meio ambiente, mas não tem o manejo sustentável da madeira, não serve. Então, a primeira base para auditar uma empresa tem que ser ali. Então, a lei tem que ser clara e vista.

É nisso que o SESI auxilia as empresas, primeiro tem que cumprir a lei para depois passar para um estágio maior, que hoje é mais complicado.

Então, essa norma, a SA 8000, vamos também começar a auxiliar a empresa se a certificação da SA 8000... Para você ver como a responsabilidade social interfere, existe o caso da Nike, que é muito famoso. Nós falamos muito em funcionário, mas o terceirizado também é importante. A Nike teve seu nome, vamos dizer, entre aspas, “sujo” no mercado mundial, porque na Ásia uma terceirizada dela empregou mão-de-obra infantil. Só que não afetou a empresa terceirizada, afetou a empresa. Então, se a Nike não se preocupar com o fornecedor e com seu terceirizado, pode acarretar na imagem da empresa. Então, a empresa tem que estar preocupada com todos esses públicos com que ela está envolvida e não só a ação social que ela faz. A ação social é um pouquinho da responsabilidade social. Então, a empresa tem que se preocupar com tudo, porque se ela faz aqui e não está fazendo lá, pode acarretar.

Hoje, como já se falou muito bem, a globalização está forte e está. As informações vêm e voltam em um segundo. E se você faz um balanço social e não está pertinente e daquele balanço social você não cumpre o básico, alguém pode verificar isso e a mídia está aí também, porque a mídia, ao mesmo tempo que aceita a responsabilidade social também acusa quem não faz e quem faz errado. Então, temos que nos preocupar com esses dois lados. É isso (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Sr. Jorge dos Santos, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi.

O SR. JORGE DOS SANTOS - Senhores e senhores, bom-dia!

Permita-me cumprimentar toda a Mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo e dizer da alegria do Instituto Euvaldo Lodi, da Instituição ligação à Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, de estar aqui presente, neste evento, que, sem dúvida nenhuma, será o marco divisor entre o que é responsabilidade social em Mato Grosso e o que virá a ser a responsabilidade social em Mato Grosso.

Assim como o SESI, o IEL que também faz parte da Federação das Indústrias tem uma história a partir de dois empresários industriais absolutamente importantes na história deste País, o Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, que levaram ao Governo Federal, na década de 40, a criação do Sistema S: o SENAI, para possibilitar o aprendizado, a qualificação profissional de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

jovens, o que já atingiu a casa dos milhões e que permitiu a indústria nacional efetivamente atingindo um estágio que, hoje, tem; o SESI, como a nossa colega Patrícia disse, na parte da responsabilidade social, do atendimento às necessidades sociais do industriário.

E, em 1970, os industriários brasileiros perceberam que era preciso avançar. Não eram só os empregados que precisavam ser qualificados, eles próprios também o necessitavam. Os empresários também precisavam ser qualificados, até porque 95% do empresariado brasileiro são de micro e pequeno e nascem do saber fazer. O que quer dizer isso? Alguém aprendeu a fazer sapatos e tem um espírito empreendedor, que é uma outra área que o IEL, hoje, vem atuando fortemente, que é no empreendedorismo, o desenvolvimento do empreendedor. Ele monta uma pequena sapataria e com o seu espírito empreendedor e com a sua capacidade, ele gera uma pequena empresa e começa a gerar alguns empregos e chega um momento em que ele tem que decidir. Se ele pára de crescer e fica satisfeito com aquela pequena ou microempresa que ele tem, ou se vai à frente, se ele continua investindo, se ele continua desenvolvendo o seu espírito empreendedor. É, neste momento, que nós, Instituto Euvaldo Lodi, queremos estar presente. Estar presente como? Unindo aquilo que o Euvaldo Lodi projetou ao longo de sua história, como industrial brasileiro: de trazer o estudante de 2º e 3º graus para dentro da empresa, para que no seu conhecimento tecnológico, aliado à prática e ao empreendedorismo daquele empresário, pudesse efetivar o desenvolvimento dessa empresa.

Então, nasceu o estágio remunerado, que é uma forma de permitir que se acabe com aquela famosa frase: Não te contrato porque você não tem experiência e você não tem experiência porque nunca foi contratado. A partir do estágio, a idéia é unir a experiência do empresário ao conhecimento técnico do aluno e desenvolver um bom profissional e desenvolver a capacidade dessa empresa.

Daí surgiu uma outra idéia, em parceria com o SEBRAE e com o INP, que é a Bolsa BITEC, uma bolsa de tecnologia, ou seja, alunos têm idéias, professores acatam essas idéias, desenvolvem com eles essas idéias, mas precisam de algum lugar para o desenvolvimento disso, para que isso se torne realidade. Então, precisa de uma empresa.

E nós temos este ano em desenvolvimento em Mato Grosso, 20 Projetos BITEC - é um recorde na história de Mato Grosso -, 20 empresários que aceitaram receber alunos durante um ano todo dentro de suas empresas desenvolvendo projetos de tecnologia. São essas ações que demonstram que cada vez mais o empresariado brasileiro está a perceber que a sua participação na sociedade vai muito além de produzir bens ou serviços.

A participação do empresário, como esta lei quer premiar, torna-se absolutamente efetiva quando ele participa dessa sociedade no desenvolvimento da comunidade na qual ele está inserido, devolvendo a essa comunidade parte dos lucros que essa comunidade lhe dá. E é nesse momento que se conhece ou que se diferencia o empresário que só quer lucrar, como chamávamos aqui em Mato Grosso, no início da década de 70, de pau-rodado, que só vinha aqui buscar lucro e depois retornava, daquele que aqui se instalou e que fez deste Estado o maior produtor de grãos e de bens de consumo deste país.

É por isso a minha alegria - eu que estou aqui há 30 anos - de participar desse processo neste momento histórico de Mato Grosso em que dizem que estamos praticando crimes ambientais e nos atacam de todas as maneiras, e nós ainda não sabemos exatamente se isso é uma crítica real... Precisamos fazer - e a Responsabilidade Social vai nos permitir isso - um levantamento efetivo dessa realidade ou se são aspectos econômicos daqueles a quem nós estamos incomodando, seja dentro do país ou seja fora, se estes incomodados é que estão a divulgar notícias que querem parar o nosso desenvolvimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

Eu tenho muito medo, Deputado, essa história do politicamente correto vem causando algumas celeumas; vou me permitir só fazer uma digressão aqui. Quer dizer, a humanidade evolui, a humanidade tem suas necessidades, eu me pergunto até que ponto é chamado de trabalho infantil botar um menino de dezesseis anos dentro de uma empresa para aprender a trabalhar, para desenvolver o seu empreendedorismo, possa ver o que ele quer, ou se é melhor ele ficar na rua!

Bom, eu tenho as minhas dúvidas se essa visão um pouco equivocada não está a nos criar problemas, ao menino de quatorze anos, ao menino de quinze anos, se essa visão equivocada, esta importação de determinados conceitos sociológicos, não estão a nos causar mais problemas do que a nos trazer soluções.

Eu acho que esta lei, que este balanço social, que essa busca da responsabilidade social de todos nós, não só dos empresários, mas de todos nós, que de alguma maneira participamos e queremos participar da comunidade, é que vai fazer a diferença entre o desenvolvimento sustentável, ou o perecer daqui a pouco.

É isso, Sr. Deputado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir Silvia Cavalcante, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade.

A SR^a SILVIA CAVALCANTE - Bom-dia a todos e a todas!

Cumprimento o nosso Deputado Humberto Bosaipo, um dos autores, talvez o autor que mais tenha trabalhado para a criação desta lei. Nós estamos praticamente fazendo aniversário de três anos, essa lei é de junho de 2002, praticamente estamos em junho de 2005.

Não poderia - fui franqueada, me abriram uma oportunidade de falar - deixar de registrar o trabalho tanto do Sindicato dos Contabilistas em 2002, aqui representando pela nossa Presidente Fátima, onde trouxe para Mato Grosso um Estado de vanguarda, ao contrário do que disse Diogo Mainardi, que falou que pagaria quinze mil reais para não ter que vir para Cuiabá, abrindo mão de um honorário de dez mil. Hoje, nós vemos essa polêmica em Mato Grosso.

Como Conselheira do Conselho Federal representando Mato Grosso, nós temos a oportunidade de viajar para todos os estados do Brasil e posso afirmar para vocês: Mato Grosso, sempre quando tem um assunto ou quando tem um tema que está em debate nacional e internacional, Mato Grosso está na vanguarda mesmo.

Então, nós temos que nos orgulhar, tantos os que daqui são nascidos quanto os que aqui vieram habitar. Nós temos que nos orgulhar do nosso Estado de Mato Grosso porque, realmente, tem estado à frente de grandes empreitadas. E o certificado de responsabilidade social, eu quero parabenizar a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na pessoa do nosso Deputado Humberto Bosaipo e também de todos àqueles que direta ou indiretamente colaboraram e já vem colaborando, como nós tivemos a exposição da Patrícia, o trabalho do SESI, outras grandes empresas, temos aqui o balanço social do Grupo Renosa, Refrigerantes Noroeste, ou seja, já tem empresas que vêm fazendo isso há algum tempo; e a aula que tivemos aqui da professora Maria Pantoja, para todos aqueles que talvez não tinham noção, muita gente ainda não tem noção do que vem a ser um balanço social.

Como a professora - vou chamar de professora porque ela deu uma aula, aqui, a contadora Maria Pantoja - explicou, é mais do que uma peça contábil. Grandes fontes de indicadores sociais. Eu acho que o grande papel do cidadão brasileiro e da cidadã brasileira, o papel do consumidor é avaliar o produto que estamos consumindo, a origem desse produto, de onde vem, que empresa está fabricando. E aí nós podemos optar ou não pela aquisição. Eu acho que países da Europa, o próprio Estados Unidos, têm uma consciência mais trabalhada, ou seja, há mais tempo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

nós e na década de noventa para cá o cidadão brasileiro vem cada vez mais se conscientizando do que nós estamos consumindo. E acho que o grande papel... Há três anos atrás estávamos neste mesmo plenário e falávamos da Natura, que trabalha com papéis reciclados, onde menos árvores seriam derrubadas para fazer suas embalagens.

E hoje nós vemos um balanço social aqui que está conosco, também, com material reciclado. Eu acho que isso é mudança de cultura, é mudança de comportamento. E cabe a cada um de nós cidadã e cidadãos brasileiros mudarmos o nosso procedimento quando na aquisição. Trabalhou-se muito o capital, a empresa tem que dar lucro, não é Patrícia, e tem que dar lucro senão não sobrevive, e nós sabemos o quanto de empresa que se constitui e se fecham dentro de dois anos. Realmente quebram, e nós não queremos o nosso país nesse patamar. Mas nós também não queremos um país com empresas irresponsáveis. Eu acho que o grande papel nosso como contribuintes e cidadãos consumidores, a gente chamava de contribuinte e “retribuinte”. É fazer realmente a análise quando adquirimos um produto, seja de que natureza for. Seja para vestir; seja para alimentar; seja para usar. Companhias rodoviárias, companhias aéreas, ou seja, não importa. Nós temos é que avaliar de quem nós estamos adquirindo. E aí, sim, a empresa terá mais interesse, porque ela vai estar ganhando e tendo lucro com a responsabilidade social. Se nós sabemos que o nosso País é um País capitalista, que as empresas visam lucro - e têm que visar mesmo -; a nós, consumidores, cabe o papel de optar por uma ou por outra. É claro que nós vamos optar por aquela que reinveste e de preferência que reinvesta dentro do nosso País. Não queremos aqui trabalhar a especulação, empresas que vêm e que vão em um piscar de olhos, mas empresas que estão aqui construídas, principalmente, na nossa cidade, na nossa comunidade e reinvestindo. Essas são as empresas que nós, consumidores, devemos fazer questão de colaborar com elas e, em contrapartida, elas colaborando conosco.

Eu agradeço a oportunidade de falar. Parabenizo o Instituto Euvaldo Lodi, que, como o Jorge expôs, tem um grande papel desempenhado; o próprio SESI, o Sindicato dos Contabilistas, ou seja, todos aqueles que estão desde a elaboração da lei trabalhando com ela. E nós, claro, o Conselho Regional, o Conselho Federal, seremos grandes parceiros dessa nova empreitada junto com a Comissão que vai avaliar as empresas que merecem o título de empresas responsáveis socialmente.

Parabéns, Deputado Humberto Bosaipo; parabéns, Fátima, pela nova empreitada. Desejamos que nós realmente cumpramos, cada um, com a nossa função de estar também não só fazendo parte da Comissão, mas avaliando individualmente a empresa responsável e fazendo uma grande corrente de não termos mais empresas irresponsáveis no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Sr. Manoel Gomes da Silva, Superintendente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso-FACMAT.

O SR. MANOEL GOMES DA SILVA - Bom-dia a todos e a todas!

Na pessoa do nobre Deputado Humberto Bosaipo eu cumprimento os integrantes da Mesa, minhas senhoras, meus senhores.

Eu estava quieto, mas, após ouvir todas essas explanações, é bom que façamos este registro.

Uma das nossas entidades, que é a mais antiga entidade empresarial de Mato Grosso, a Associação Comercial e Empresarial de Cuiabá, em parceria com o SENAC, vem fazendo um trabalho - já estamos no terceiro ano - para a qualificação do menor aprendiz. É uma legislação, é uma exigência de lei. Só que se buscou, não só para o comércio e prestação de serviço, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

qualquer forma, ampliar esse trabalho no conhecimento da vivência empresarial. E o conteúdo programático de todo esse treinamento fez com que, no primeiro ano, tivéssemos uma turma para o comércio e serviço de escritório e outra para aprendizagem em supermercados.

Já no ano seguinte conseguimos evoluir e trouxemos duas turmas no primeiro semestre, e mais duas no segundo semestre. Este ano está se repetindo exatamente esse processo, ou seja, em cada semestre são cerca de 180 menores, na faixa etária de 15 a 18 anos, que estão se preparando para enfrentar o dia-a-dia, não só como prestadores de serviço, mãos-de-obra qualificadas, mas simplesmente estando inseridos no contexto, porque até então, como disse o Jorge há pouco, eram pessoas que ficavam à margem, porque não tinham oportunidade de trabalho.

Então, é importante que façamos esse registro, porque a grande maioria das empresas está procurando, através dos outros que se tenha esse conteúdo de qualificação da mão-de-obra. E não está somente em Cuiabá. A FACMAT, também, com o SENAC estão levando ao interior do Estado. Então, nós já estamos em Barra do Garças, Primavera do Leste, Rondonópolis, Jaciara, Tangará da Serra, Sorriso, Sinop, Colíder, ou seja, nos principais pólos com esse trabalho de qualificação do menor aprendiz.

É importante aqui não só cumprir a lei, mas a maioria dos empresários do segmento do comércio e prestações de serviços estão precisando que haja dos outros esse trabalho.

Nós sabemos que o SESI está buscando fazer alguma coisa nesse sentido, o SENAI, através do Transporte, o SESCOOP, ou seja, os outros demais estão buscando já trazer ao mercado essa oportunidade.

Mas é importante que se faça esse registro, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não basta só existir, tem que haver as parcerias e o impedimento para que possa realmente acontecer. E o importante, o melhor de tudo, é que o resultado dessa qualificação faz com que, hoje, tenhamos no mercado realmente bons profissionais e pessoas que, nascendo desse conhecimento, já estão partindo para o empreendedorismo.

Esse era o registro que eu gostaria de fazer nessa área precípua que é muito carente, que é a prestação de serviços, porque se exige muita qualidade, se quer muito, de pronto, um bom atendimento, atendimento é a palavra de ordem, de momento, mas se as pessoas não tiverem preparo, infelizmente essa qualidade deixa de existir.

Essa é uma oportunidade em que temos de fazer esse registro, agradecendo principalmente a forma com que os empresários receberam a cobrança de lei, mas principalmente estão acatando sem ser notificada pela DRT, já estão fazendo espontaneamente. Era esse registro que eu gostaria de deixar aqui hoje. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Mais alguém da Mesa?

O SR. SÉRGIO RICARDO - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Deputado e todos da mesa.

Nós somos da Federação da Indústria, representando o Conselho de Assuntos Legislativos e o nosso papel na aplicação dessa lei vai ser colaborar na parte prática, ou seja, participando da comissão que vai avaliar essas empresas que vão apresentar documentação e balanço social para que, posteriormente, sejam certificadas.

Nós acreditamos fielmente que as indústrias em geral são as empresas que serão mais beneficiadas por esse certificado, uma vez que nós já temos conhecimento de que a maioria das empresas, embora muitas delas não façam ainda balanço social, já estejam contribuindo criando programas de responsabilidade social dentro de sua empresa e mesmo fora delas.

Então, a acreditamos que a indústria vai ser um dos setores que mais vai colaborar, que mais vai participar desse processo. Obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Está inscrito aqui o Sr. Roberto Perón, Presidente do Sindicato do Comércio e Confeções - SINCOTEC.

O SR. ROBERTO PERÓN - Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo; os demais, em nome do nosso companheiro Manoel Gomes; nosso colega Jorge, as demais autoridades, os companheiros e os colegas aqui presentes.

Eu gostaria de, primeiro, dizer o meu nome para que as pessoas me conheçam.

Eu estou ouvindo falar ali: “Quem é esse cara que está falando?” Meu nome é Roberto Peron, eu sou Presidente do Sindicato de Comércio, Tecidos e Confeções de Cuiabá. Alguns dos senhores já devem ter me visto algumas vezes na mídia. Eu sou simplesmente um precursor contra a informalidade dentro da nossa Capital, há mais de 20 anos, lutando para que esta Capital não tenha vendedores ambulantes no meio da rua e lutando contra essas pessoas que não vêem o mal que fazem para a sociedade estando na informalidade nas suas lojas.

Já fui rechaçado, muitas vezes colocado na parede, pessoas passam fazendo provocações: “Lá vem o Peron contra o camelô!”. Eu gostaria de deixar muito claro! Eu não sou contra o camelô, sou contra a informalidade.

Deputado, essa lei realmente veio a colaborar com o fim da informalidade. Diga-se de passagem, algumas coisas precisamos colocar. Todas essas empresas que hoje já estão na formalidade, eu acho, já deveriam receber esse troféu. Por quê? Porque ela já contribui e muito para a sociedade.

Preocupa-me, Deputado, quando é colocado aqui... Estudamos a lei, estivemos com alguns colegas, porque estamos juntos fazendo faculdade e isso foi discutido em sala de aula. Preocupa-me quando colocam essa pequena e microempresa. É muito difícil a micro e a pequena empresa conseguirem, através da aula da professora aqui, apresentar um balanço que venha a ter esse prêmio aqui nesta Casa, porque ela é micro, ela é pequena, ela não tem como apresentar um projeto de recuperação de meio ambiente, não tem como apresentar um projeto de aposentadoria especial para os seus funcionários, apesar de ter sete ou oito funcionários. Como é que ela vai complementar uma aposentadoria?

Eu vejo com algumas ressalvas para as micros e pequenas empresas que já hoje contribuem. Se nós formos colocar aqui vale transporte, férias acrescidas de 13º, 13º salário, licença maternidade, licença paternidade, uma série de outras coisas que vem ali, FGTS, INSS, ICMS, PIS, COFINS, nisso tudo embutidos contribuição assistencial, contribuição confederativa, contribuição sindical e uma série de outras coisas que estão tudo dentro da micro e pequena empresa, que é igual uma grande empresa... Pelo contrário, a grande empresa tem os seus benefícios. Grupo Renosa, Marajá, essas grandes empresas têm um capital que dá para investir realmente no social e tem como obrigação investir porque ela tem incentivo. Ela já busca na lei os incentivos, como fazer, e não fazer só de papel, pegar o papel e o recibo: “Olha, eu doeí isso para alguém, fiz e coloquei no meu balanço social e vou vir aqui na Assembléia receber o certificado, receber palmas e botar lá no meu gabinete o certificado que eu contribuí com responsabilidade social.” Então, é isso aí que eu gostaria de deixar como preocupação.

Quería dizer também que nós, micros e pequenos empresários, fazemos um papel social muito maior do que as grandes empresas, porque os primeiros lugares a baterem à porta para buscar alguma coisa para festa de São João, festa de São Benedito, festa de Santo Antônio, festa de não sei o quê, é lá na porta das nossas pequenas e microempresas que vão buscar esses recursos. A não ser também que a pessoa: “Ah, eu tenho uma creche lá não sei onde, Deputado.” Olha, você tem quantas roupas para me arrumar? Você pode me arrumar um brinquedinho porque eu estou fazendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

uma doação e tal? E as ONGs vão buscar isso nos micros e pequenos empresários, porque às vezes as empresas têm em seu orçamento determinados valores que já dão porque elas têm os seus benefícios. Então, nós precisamos mudar essa história no Brasil, dar a chance - como o Professor Jorge disse aqui - do pequeno e do médio ser grande um dia.

Então, eu acho que, realmente, essa lei veio, mas vejo-a com preocupação, porque dificilmente um pequeno ou um microempresário irá cumprir essa lei para receber esse prêmio aqui dentro desta Casa, Deputado. Essa é a nossa preocupação.

Gostaria de deixar os parabéns para que, realmente, essa seja uma lei de responsabilidade social, mas que tenha também um âmbito para que possamos discutir uma forma de essas empresas já de pronto receberem, as que estão na formalidade, com suas contribuições em dia, com seus impostos pagos, receberem de pronto desta Casa o seu merecimento. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos comunicar ao Roberto Peron que a lei, apesar de já ter sido aprovada, a Audiência Pública serve para acatar sugestões, inclusive modificativas.

Então, se houver um estudo no sentido de aprimoramento da lei, estamos abertos. Depois, nós estamos formatando uma comissão de entidades e essa comissão vai escolher as empresas para as premiações, obviamente, que vai obedecer a critérios, pequena, média, grande, haverá critérios. Mas estamos abertos a qualquer sugestão.

A Audiência Pública, na verdade, serve para debater a lei, discutir, aqui está precisando dar uma consertada, está precisando dar uma melhorada. Então, nós estamos abertos para esse tipo de sugestão.

Vamos ouvir agora o Dr. Zaluir Assad, Consultor Jurídico da Assembléia Legislativa.

O SR. ZALUIR ASSAD - Bom-dia a todos!

Na pessoa do nosso Deputado Humberto Bosaipo, cumprimento toda a Mesa.

Primeiro, peço desculpas pelo que vou falar inicialmente, porque de todas as audiências e eventos que foram feitos nesta Casa, desculpe os demais, mas eu julgo esta a mais importante.

Eu me lembro do tempo de universidade que existiam dois grupos de pensamento. Um grupo definia que a solução dos problemas sociais seria via estatização, os famosos socialistas, comunistas. De outra banda, um grupo de pessoas que pensava que a solução dos problemas sociais seria a livre iniciativa, que seriam os liberais. Eu desde aquela época sempre defendi que a solução dos problemas sociais viria via iniciativa privada e cidadão. E o que nós estamos vendo hoje aqui é uma concretização disso. O Estado não gera nada. Quem gera recursos para que o Estado realize alguma coisa é o cidadão, através do tributo. Quem gera desenvolvimento tecnológico não é o Estado, são as pessoas através das universidades, dos ensinos e do estudo.

Esse evento hoje em que estamos debatendo a responsabilidade social das empresas é da mais absoluta e profunda transformação da sociedade. Mato Grosso, apesar de ter a sua longa história, o seu desenvolvimento ocorreu, nós podemos dizer, nos últimos trinta anos.

Deputado, eu gostaria de deixar a sugestão para que junto as entidades que têm em todo o Estado sucursais e agências, associação comercial, FIEMT, que nós levássemos este debate aos vários pólos do Estado, porque com certeza vai fazer com que o Estado de Mato Grosso venha ser a civilização mais moderna do Brasil. Era isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Sr^a Vera Carvalho, Presidente da ONG Cidadania Divina Luz.

A SR^a VERA CARVALHO - Bom-dia a todos!

Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo, que também representa os outros Deputados que incentivaram a lei, todos os presentes, público em geral, porque nós estamos em uma audiência pública exercendo nosso direito de cidadania. Entre nós aqui todos temos responsabilidade social no grupo onde atuamos. Eu quero dizer que fazemos parte, podemos falar pelos dois lados, de vários fóruns. Fóruns empresariais, fórum da economia solidária, onde vários segmentos do Estado de Mato Grosso estão se mobilizando, estão se organizando e buscando, em parceria com os empresários, para que nós possamos realizar realmente a responsabilidade social das empresas.

Eu quero parabenizar, também, a Sr^a Fátima Dragoni, pois conheço o seu trabalho através da ABRACA. E quero dizer que a nossa ONG também surgiu em função de pessoas portadoras de deficiências, porque hoje todos nós estamos aqui, mas nós temos uma filosofia de vida. Ninguém está livre de sofrer algum tipo de seqüela, um acidente e ficar com seqüela. Então, a nossa ONG Cidadania... Perguntam por que o nome Divina Luz ou Cidadania? Porque Cidadania é o momento que nós estamos aqui com esta Casa de Leis procurando aquilo que é nosso de direito, que é legislar, fazer leis e cobrar dos nossos representantes aqui presentes; e Divina porque foi uma Irmã, Diretora do antigo Colégio DASA, hoje CEMA, que apoiou esse projeto. E estamos aí. Todos nós temos o direito de ter luz.

E acredito, juntamente com o empresário que falou aqui antes, que eu tenho, no local onde estou, de pensar não só que sou uma micro-empresa, sou pequena empresa e não tenho condições financeiras, mas eu tenho valores. Eu posso fazer grandes projetos com valores. Eu começo com os meus empregados, com essas crianças que vêm, com os funcionários e crio valores. Isso também é responsabilidade social. Eu não preciso ter muito dinheiro para realizar responsabilidade social. É quanto a isso que eu chamo a atenção de todos os presentes aqui, muitos eu não conheço, para que juntos façamos parcerias, junto com esta Casa de Leis. E nós que estamos na base deste Estado, que é grande, as pessoas que serão atingidas e que estão precisando e muito da atuação de todos aqui presentes, porque todos estão presentes, são especiais e estão preocupados com a responsabilidade social do nosso País. É isso (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) -A palavra está livre. Se alguém quiser fazer uso da palavra... As inscrições terminaram com a Divina Luz.

O SR. LUIZ MÁRIO DE BARROS - Conforme foi conduzido esse Projeto de Lei, eu gostaria de sugerir que a categoria dos profissionais da Assistência Social participasse de algumas fases da construção do anteprojeto. Seria interessante que os participantes se posicionassem a contribuir nessa Comissão, porque nós sabemos que o papel da Assembléia Legislativa vai ser muito importante...

O SR. ÁTILA - Bom-dia a todos. Meu nome é Átila, vice-Presidente do Conselho de Contabilidade.

Quero cumprimentar a nossa parceira Silvia, do Conselho Federal; o Deputado Humberto Bosaipo; o Sr. Manoel; a Fátima e todos aqui presentes.

Gostaria de dizer que a classe contábil fica muito feliz, sem dúvida nenhuma, com esse processo que se fortalece a partir do dia de hoje.

Nós gostaríamos de colocar à disposição dos empresários, Sr. Manoel, a classe contábil às entidades aqui presentes, para que possamos estar orientando, ensinando, ajudando, fomentando. Se de repente tiver algum profissional que não tenha a qualificação para fazer o balanço, vamos conversar com a dona Maria, vamos qualificar esse profissional e preparar para que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

possamos, realmente, produzir informações confiáveis e adequadas. O profissional contábil é a pessoa que tem a condição de fazer isso. E se essa pessoa não tiver, o Conselho de Contabilidade coloca à disposição para ajudar na formação desse profissional. Era isso que eu queria falar. Obrigado.

A SR^a VALENTINA FÁTIMA DRAGONI - Eu pedi para falar, aqui, porque o Sindicato... Um é que nós já estivemos reunidos com vários contadores e estamos à disposição, Deputado Humberto Bosaipo, e estaremos promovendo junto com o CRC um curso para os profissionais de contabilidade, colocando também aos estudantes que estão formando agora em Ciências Contábeis, já buscamos algumas parcerias e estaremos aí pelo Estado, junto com o CRC, fazendo a divulgação e capacitando os contadores para essa nova etapa.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria, antes de terminar esta Audiência Pública, de fazer algumas considerações.

Eu falava para o Jorge que aqui na Assembléia Legislativa nós temos um espaço muito grande para os sindicatos, para as categorias, para os segmentos debaterem os seus assuntos. Está sendo muito mal usado.

Nós estamos fazendo um esforço incomum, porque não é todo Deputado, também, que faz audiência pública. Alguns têm um estilo próprio de trabalhar, outros preferem um trabalho diferenciado e eu gosto de discutir bastante os assuntos pontuais.

Nós tivemos aqui, na semana passada, a discussão do BID Pantanal, que agora é Programa Pantanal, que o Governo Federal - um programa que era de 200 milhões de dólares - passou para 50 milhões e parece que está indo para o ralo e podemos perder esses recursos numa área ambiental seriíssima para Mato Grosso.

Nós estamos debatendo agora com a FAMATO e os produtores a grave crise por que passa a agricultura mato-grossense, para não dizer brasileira.

E aí a associação comercial tem um papel fundamental de estar fazendo esse trabalho com a FAMATO.

Só em Primavera do Leste, nesta semana, uma fazenda demitiu 250 funcionários. Isso é uma cadeia. Se cai uma peça de dominó aqui, lá na frente vai estourar um problema social grave.

O SESI, a FIEMT, a FECOMÉRCIO têm papel fundamental em tudo isso, na formatação deste Estado, das coisas que estão acontecendo.

Nós tivemos há alguns dias uma discussão, um debate sobre a questão dos impostos na FECOMÉRCIO, isolada do Poder Legislativo, e eu considero o trabalho deles essencial, mas deveríamos estar atrelados. Então, já sugeri até uma audiência pública para discutirmos essa questão, porque a legislação do ICMS passa por aqui.

Hoje não podemos deixar de discutir esse nosso ICMS, que é o mais caro do Brasil. Está embutido quase que 45% no imposto de telefonia, no imposto de energia elétrica. Hoje, o primeiro item de uma pessoa é energia, depois telefone e são bens que não podemos ficar sem.

Vamos inaugurar um novo prédio em agosto e vamos ter quatro auditórios e poderemos fazer quatro discussões simultâneas de vários assuntos do Estado - vários assuntos.

E, o mais importante, nós temos uma televisão que é assistida por quase 30 mil pessoas, por enquanto em sistema fechado, sistema cabo, mas para vocês terem uma idéia da importância dessa televisão, é só falar mal de um aqui na Sessão que no outro dia toda a cidade sabe. Então, é assistida. O povo gosta de política. O povo fala mal de política o dia todo, mas se está passando no canal que ele vê, ele pára para escutar. Gosta. Escuta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

A TV Câmara e a TV Senado, hoje, são dois canais de televisão que apresentam um dos melhores programas na área cultural. E tem sido objeto, matéria de concurso público, de vestibulares, os programas que têm passado.

Então, gostaria de consultar as categorias, entidades a participarem efetivamente, usarem mais o espaço que tem em mãos. Isso aqui é da população, é do povo.

Eu me lembro que esse Certificado de Responsabilidade Social - o senhor falou aqui - há três anos, nós o discutíamos aqui. Não havia um terço das pessoas que estão aqui hoje.

O Sindicato dos Contabilistas tem um papel preponderante e fundamental nesta questão. Nós temos aqui uma Escola do Legislativo. Podemos fazer esse treinamento, podemos auxiliá-los. Podemos fazer as discussões nos pólos, podemos fazer essas audiências públicas nos pólos, como o Dr. José Luiz sugeriu aqui capitaneada por vocês, porque o que nos interessa é exatamente estar prestando um bom serviço à sociedade.

Aí as pessoas vão falar: “Mas você pode fazer política”. É claro que estou fazendo política. O meu papel é esse. Agora uma política sadia, voltada para atender aos anseios das pessoas. Eu não vou ter um...

Tem um baiano lá em Barra do Garças e fala assim: “Você passa óleo de peroba na cara e pede voto”. Eu não vou dizer para vocês que o que eu faço também não é pensando nisso. Eu vivo exclusivamente da política.

Agora quero dizer para vocês que não é só o Deputado Humberto Bosaipo, não. Nós temos vinte e três Deputados e uma Deputada. Todos os campos de discussão, nesta Casa, estão abertos. Todos. Nós estamos discutindo questões sérias aqui, como por exemplo:

A prostituição infantil;

A questão ambiental, que é um caso seríssimo em Mato Grosso. Nós vemos agora uma campanha camuflada contra os produtores. Lança o desmatamento, e aí os produtores vêm com reivindicação. Eles jogam o desmatamento, e fica o Estado no meio disso, bem como a população no meio dessa coisa. É uma guerra de interesses muito grande;

A questão dos agroquímicos, que as multinacionais empurram aqui para o Estado de Mato Grosso;

A questão do ferrugem. Essa era uma doença que não existia aqui. Parece que foi colocada, através do produto.

Então, são questões muito sérias.

A Universidade tem debatido muito conosco aqui a questão das águas subterrâneas, que vai explodir a questão da água em nossas cabeças, quer queiram ou não, podendo ser o objeto da 3ª Guerra Mundial. A hidropirataria já está existindo no País, mas não está se discutindo isso. Vocês são os pensadores do Estado. Aqui esta seleta platéia, que está aqui conosco, é uma platéia de pesquisadores, de pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de Mato Grosso.

A questão, como disse a nossa companheira aqui da Mesa, não é só o Governo para resolver, não. O Governo não dá conta. É incompetente, não dá conta. É necessário que todos nós possamos nos envolver cada dia mais.

Então, este espaço é de vocês. Quero agradecer a presença de todos. E nós vamos estar formatando esta comissão e irá para escolha dessas empresas. Nós temos algumas idéias. O Sindicato dos Contabilistas, FIEMT, a FECOMÉRCIO, tem que ter uma ONG representando a AMM, o FOMATO e agora o Conselho Estadual de Serviço Social, porque eu acho fundamental. O serviço social não pode estar desatrelado de uma comissão como essa. E se tiver mais sugestões gostaria de anotar aqui.

A SRª LEANA OLIVEIRA FREITAS - Bom-dia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

Cumprimento a Mesa e ao público.

O meu nome é Leana.

Neste momento, eu estou representando o Conselho Regional de Serviço Social. Talvez um pouco da nossa timidez seja porque acabamos de assumir, na semana passada, e soubemos desta audiência pública, na sexta-feira. Na verdade, não preparamos uma intervenção, digamos mais qualificada.

O que eu gostaria de falar, sobre o pouco que estávamos discutindo ali, enquanto ouvíamos as manifestações, é cumprimentar mesmo a iniciativa da elaboração dessa lei, que está sendo recebida com muita euforia, mas nós do serviço social, temos um pé um pouco fincado na realidade dura, no cotidiano duro das populações autorizadas deste País, especialmente dentro de Mato Grosso.

Consideramos um salto de qualidade no modelo de desenvolvimento implementado, porque é o momento de se pensar a responsabilidade que o desenvolvimento econômico tem que ter neste Estado.

Então, na verdade, o balanço social, na nossa avaliação, ainda que tenha sido considerado pelo representante do Conselho Federal de Contabilista como quase Mato Grosso na vanguarda dessa discussão... Quer dizer, há estágios, outros tipos de responsabilidades que as empresas têm desenvolvidas, não só no País como em outros Países.

Enfim, o balanço social vai inaugurar em Mato Grosso o novo momento desse desenvolvimento que é, na verdade, pagar um pouco, o saldo, a dívida que esse modelo de desenvolvimento tem causado à população mato-grossense.

Eu discordo um pouco da fala do representante do Instituto Euvaldo Lodi de dizer da sua degradação ambiental, porque ela não é uma especulação, ela é visível, a estatística está aí, comprova, as imagens de satélite, o mundo todo comenta. Quer dizer, então, não é só uma simples suposição. Quando ele fez referência também à qualificação das crianças, da possibilidade das empresas admitirem o jovem aprendiz, nós concordamos e defendemos. Mas nós defendemos, principalmente, as políticas públicas, sobretudo na área educacional. Que sejam capazes também de propor um modelo de desenvolvimento econômico, mas que tenham também uma inclusão social e que as nossas crianças vão para uma escola boa, de qualidade, que elas tenham todo atendimento, tanto do ponto de vista educacional quanto social, para não necessitarem ficar na rua.

Então, eu saúdo, cumprimento em nome do Conselho, essa lei. Eu acho que ela representa um marco, é um avanço na história do desenvolvimento econômico de Mato Grosso. E, solicito, enquanto categoria, a nossa inclusão nessa comissão mista, que fará a avaliação das empresas, para que o balanço social não seja apenas o momento de vir aqui na Assembléia e receber um certificado, mas que as empresas realmente comprovem o tipo de investimento social que elas estejam fazendo no Estado, que nada mais faz do que pagar a dívida que esse modelo de desenvolvimento tem causado à nossa população. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a sua participação e ficamos felizes por essa iniciativa. E enquanto o sistema for assim, nós temos que ir avançando. Eu acho que é fundamental a participação do serviço social. Essas avaliações têm que ter um contraponto. Esta semana, mesmo, nós discutimos aqui a Educação no Campo, Projeto da Prof^a Ana Maria de Oliveira Lopes e do Prof. Eudson de Castro Ferreira, da Universidade Federal de Mato Grosso, que é a exclusão das crianças do campo por um sistema perverso da Reforma Agrária e que não existe.

Então, são discussões e debates como esses que vão enriquecer cada vez mais as nossas iniciativas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CERTIFICADO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (LEI Nº 7.687), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2005,
ÀS 09:00 HORAS.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente audiência pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques.